CURSO DE REDAÇÃO – SUZANA LUZ

NOME: Alana Jardim Ignácio - T2

PROPOSTA Nº (3) Problemas Habitacionais (Ocupação)

No início do século XX, a gestão do Rio de Janeiro decidiu a destruição de vários cortiços da cidade, moradias de população de baixa renda e, como consequência, os cidadãos prejudicados se alocaram no morro e dali em diante, o que originou as favelas e a precarização da qualidade de vida no espaço urbano. Nesse sentido, evidencia-se a atual contemporaneidade desse complexo de estudos, a problemática da impossibilidade de acesso à moradia digna pela população, visto que a maioria urbana não possui condições financeiras para a aquisição de uma habitação própria, especialmente nas áreas centrais, devido ao alto custo dos imóveis. Dessa forma, faz-se necessário a implementação de políticas públicas habitacionais, a fim de promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

Primeiramente, vale destacar, a partir da perspectiva do filósofo francês Henri Lefebvre, o direito à cidade, o qual consiste no direito de todos os cidadãos de usufruir plenamente dos benefícios oferecidos pelo espaço urbano, como moradia digna, saneamento básico, transporte público eficiente, entre outros. Nesse contexto, é importante ressaltar que a ausência desses direitos básicos gera uma exclusão social, na qual uma parcela da população é marginalizada e privada de uma vida digna. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas habitacionais que garantam o acesso à moradia para todos os cidadãos, independentemente de sua renda.

Ademais, é importante destacar que a falta de moradia digna não afeta apenas a qualidade de vida dos indivíduos, mas também tem impactos negativos na economia e na sociedade como um todo. Isso porque, a ausência de moradia digna gera um ciclo de pobreza e exclusão social, no qual as pessoas não conseguem sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Nesse sentido, é necessário que o Estado invista em políticas públicas habitacionais que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades, a fim de garantir uma vida digna para todos os cidadãos.

Portanto, a fim de promover a redução do aluguel acessível e subsistência nos centros urbanos, cabe que o Ministério Público promova a democratização dos imóveis vagos com objetivo de especulação imobiliária, por meio da alteração do uso do solo, a fim de que tais imóveis tenham função social, como previsto no Estatuto da Cidade. Além disso, cabe ao Ministério das Cidades estimular a saída da população das favelas e moradias insalubres, através do investimento no projeto Minha Casa Minha Vida em espaços urbanos seguros, com intuito de oportunizar habitação aos cidadãos vulneráveis. Sendo assim, o efetivo acesso à moradia digna, o que enseja a problemática vivenciada pela população do século XX.

Scanned with CamScanner